

**CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO JOSÉ
CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

LÍVIA ZACARIAS DA COSTA
DIÓGENES LEANDRO DE OLIVEIRA

**INCLUSÃO DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA NAS AULAS DE
EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR**

Rio de Janeiro

2022

INCLUSÃO DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

INCLUSION OF CHILDREN WITH DISABILITIES IN SCHOOL PHYSICAL EDUCATION CLASSES

Lívia Zacarias da Costa

Graduanda em Educação Física

Diógenes Leandro de Oliveira

Professor da graduação de Educação Física

Resumo

A presente pesquisa fala sobre a inclusão da criança com deficiência nas aulas de educação física escolar. O objetivo geral deste trabalho é compreender como ocorre o processo de inclusão através do esporte nas aulas de Educação Física e quais os benefícios para a saúde corporal e mental dos estudantes dentro do ambiente escolar. Os objetivos específicos são: colocar em prática a inclusão social dos discentes com NEEs (Necessidades Educacionais Especiais) porque muitas vezes é a partir dela que muitos jovens portadores de alguma síndrome interagem pela primeira vez com outros jovens, e até consigo mesmos; ressaltar a importância de seguir regras e possibilitar a participação em diversas atividades lúdicas. O presente estudo constitui-se em uma revisão bibliográfica com autores e sites consagrados que visam fomentar nos educandos o prazer pelas atividades esportivas em consonância com a socialização. Desse modo, o professor de Educação Física conseguirá contribuir para o processo de desenvolvimento pleno do educando através do esporte.

Palavras-chave: Inclusão, criança, Educação Física escolar.

ABSTRACT

The present research talks about the inclusion of children with disabilities in school physical education classes. The general objective of this work is to understand how the process of inclusion occurs through sport in Physical Education classes and what are the benefits for the physical and mental health of students within the school environment. The specific objectives are: to put into practice the social inclusion of students with SEN (Special Educational Needs) because it is often from this that many young people with some syndrome interact for the first time with other young people, and even with themselves; emphasize the importance of following rules and enabling participation in various recreational activities. The present study is a bibliographic review with renowned authors and websites that aim to encourage students to enjoy sports activities in line with socialization. In this way, the Physical Education teacher will be able to contribute to the process of full development of the student through sport.

Keywords: Inclusion, Children, Physical Education.

Rio de Janeiro

2022

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem por parâmetro evidenciar a importância do processo de inclusão da criança com deficiência nas aulas de educação física escolar para que desenvolva com mais facilidade suas habilidades. Neste processo, o docente de educação física precisa certificar-se do quanto a prática esportiva será significativa para o aprendiz e como o orientará para que ele obtenha êxito; por isso, os exercícios não devem ser intensos e exaustivos; visto que o objetivo deve ser o ensino-aprendizado de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais e a Base Nacional Comum Curricular.

Pensar nas aulas de educação física é refletir sobre a formação para a cidadania e o processo de socialização / inclusão, então, é importante que desde a infância a criança especial receba estímulos para a prática esportiva; reforçando o trabalho em equipe, sabendo receber e ofertar ajuda para a superação de possíveis obstáculos no processo de aprendizagem. O esporte concretizado na escola tem muitos valores e benefícios que podem ajudar o aluno a se desenvolver como pessoa (CYRINO, et al 2002).

Sabe-se que a educação inclusiva no sistema regular de ensino atualmente é uma proposta recorrente nas políticas públicas educacionais, tanto a nível federal, quanto estadual e municipal. Em âmbito federal, dentre outras iniciativas, o inciso III do Art. 208 da Constituição Brasileira se refere ao atendimento educacional especializado aos portadores de deficiências, preferencialmente na rede regular de ensino.

Na Política Nacional de Educação Especial elaborada, em 1994, (MEC/SEESP, 1994), o Ministério da Educação (MEC), estabeleceu como diretrizes da Educação Especial apoiar o sistema regular de ensino para a inclusão dando prioridade ao financiamento de projetos institucionais que envolvam ações de integração.

Esta mesma definição foi posteriormente reforçada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº. 9.394/96) e nas Diretrizes Nacionais para a

Educação Especial na Educação Básica (CNE / CEB, 2001). Educação inclusiva, entendida sob a dimensão curricular, é a que proporciona ao aluno especial atividades nas escolas regulares, aprendendo as mesmas coisas que os demais e respeitando o tempo particular de cada indivíduo.

Mediante tais abordagens, é fundamental pensar sobre o objetivo de cada prática esportiva antes de atribuí-la aos alunos especiais, pois precisa existir a certeza de que realmente os beneficiará, inclusive havendo a necessidade de ministrar exercícios variados para aguçar a curiosidade e as novas percepções. Importante ressaltar que durante a aula de educação física, deve-se passar as orientações / comandos necessários à prática correta e observar q os educandos estão realmente entendendo o que se espera que eles façam.

Dito isso, constata-se que as aulas de educação física, na educação básica, são indispensáveis para o bem estar físico e mental de todos os educandos, sendo assim, o profissional de Educação Física deve estar qualificado para adequar suas aulas às necessidades dos seus alunos, então, deve dialogar com eles para buscar mediar o planejamento, necessidades e anseios; respeitando e sendo respeitado por todos nesse processo, visto que o convívio social influencia diretamente na vida das pessoas, e é necessário a partir desse princípio elaborar atividades que visem o respeito mútuo (LORENZI, 2005).

Esta pesquisa é de suma relevância para a sociedade uma vez que proporciona informações verídicas e comprobatórias de que o aprendizado da Educação Física amplia o raciocínio e capacita o cidadão a desenvolver melhor suas habilidades e competências nos diversos campos de atuação. E, ao docente, possibilita trabalhar com propostas sob um olhar interdisciplinar, permitindo que o aluno entenda a melhor relação entre o espaço físico e social em que está inserido. Segundo o filósofo Japiassu (1992, p. 88), “[...] a interdisciplinaridade corresponde a uma nova etapa do desenvolvimento do conhecimento, exigindo que as disciplinas, por meio de uma articulação constante, fecundem-se reciprocamente”.

Assim, deve-se ressaltar que a interdisciplinaridade não ocorre apenas em grandes projetos. É possível praticá-la entre professores de diferentes disciplinas ou

até mesmo sozinho; o importante é correlacionar e vivenciar informações distintas com os educandos. Os conhecimentos adquiridos pelos alunos podem ser repassados aos que os convivem com eles, influenciando-os de forma positiva e ensinando-os novas formas de socialização (CYRINO, et al 2002).

A metodologia utilizada nesta pesquisa foi a de consulta a diversos materiais bibliográficos que possibilitaram compreender o assunto abordado, além de possuir elementos facilitadores para o desenvolvimento da práxis educacional e seu reflexo no aprendizado do discente e na sua atuação em sociedade. O presente trabalho fundamenta-se em Cyrino (2002), Mazzota (2003), nos Parâmetros Curriculares Nacionais (1998), entre outras bibliografias confiáveis.

O objetivo geral deste trabalho é refletir sobre como desenvolver atividades adequadas para os educandos com necessidades especiais nas aulas de educação física a partir de um olhar com base no que consta no Código de Ética da Psicopedagogia no Art. 3º “ promover a aprendizagem contribuindo para os processos de inclusão escolar e social”.

Os objetivos específicos são:

Promover o desenvolvimento motor, cognitivo e social;

Fomentando a autonomia e a capacidade esportiva;

Desenvolver o equilíbrio e o controle muscular.

O eixo norteador aborda: Qual a relevância da Educação Física para os educandos com necessidades especiais?

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Educação Inclusiva

A Educação Inclusiva baseia-se no acesso à educação e no aproveitamento que preza desenvolver o senso colaborativo com o outro durante as atividades; isso possibilita ressignificar conceitos e valorizar a presença, a participação, a aceitação e a aprendizagem. Os benefícios descritos promovem a cognição e melhoram a comunicação social; reduzindo o estigma e aumentando a aceitação dos alunos

especiais perante a sociedade; evitando que eles se sintam excluídos e/ou intimidados.

A inclusão educacional de pessoas com deficiência, já há algum tempo, passou a exigir a formação de profissionais da educação que sejam habilitados no desenvolvimento de ações relacionadas ao atendimento às diversidades do processo de aprendizagem, em um desafio constante às formas tradicionais de organização do trabalho pedagógico (COELHO, 2012, p.111).

A partir de todas as leis e planos expostos que determinam a garantia de acesso à educação e ao atendimento educacional especializado, os alunos especiais devem ser estimulados a se desenvolverem de acordo com o que determina a lei. Para isto, o docente precisa refletir constantemente sobre quais as estratégias que promovem melhor o desenvolvimento mental e cognitivo de seus alunos.

De acordo com esta perspectiva, observa-se que a interação entre a equipe escolar e a família do educando também deve ter numa vertente de continuidade e apoio mútuo, convergindo em benefícios ao aprendizado do aluno. “[...] as escolas se tornem espaços vivos de acolhimento e de formação para todos os alunos e de como transformá-las em ambientes educacionais verdadeiramente inclusivos” (MANTOAN, 2006, p. 30)

De acordo com o documento intitulado Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, o atendimento educacional passou a ser fundamentado pelas disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, Lei nº 4.024/61, que dispôs sobre o direito dos excepcionais à educação, preferencialmente, dentro do sistema geral de ensino.

Para Correia (1999), o conceito de necessidades educativas especiais (NEE) surgiu dessa maneira descrito:

O termo NEE vem, assim, responder ao princípio a progressiva democratização das sociedades, refletindo o postulado na filosofia da integração e proporcionando uma igualdade de direitos, nomeadamente o que diz respeito à não discriminação por razões de raça, religião, opinião, características intelectuais e físicas, a toda a criança e adolescente em idade escolar (CORREIA, 1999).

Segundo Mazzota (1996), na análise da legislação e das normas relativas à educação de portadores de deficiência, é importante referendar o Estatuto da

Criança e do Adolescente estabelecido pela Lei nº 8.069/90 que reforça os dispositivos legais ao determinar, no artigo 55, que “os pais ou responsáveis têm obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”.

De acordo com o MEC/SEESP (2005), foi publicada, em 1994, a Política Nacional de Educação Especial orientando o processo de integração instrucional que condiciona o acesso às classes comuns do ensino regular àqueles que “(...) possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum no mesmo ritmo que os alunos ditos normais” (BRASIL, 2005, p.19).

Acompanhando o processo de mudança, o MEC / SEESP elaborou o documento das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo 2º, determinando que: Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para atendimento aos educandos com necessidades educacionais para uma educação de qualidade para todos (MEC/SEESP, 2001). Partindo desta perspectiva, Mantoan (2006) ressalta que “é preciso reestruturar a escola a partir do ensino nela ministrado. A escola aberta para todos torna-se o grande desafio na atualidade”.

Na Convenção da Organização das Nações Unidas – ONU, em 2008, sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência ficou estabelecido, entre outros assuntos no seu artigo 1º, o conceito de Pessoa com deficiência que traz a seguinte definição: “Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial, as quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas”.

Ainda em 2008, foi publicado pelo Ministério da Educação o documento “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva”. Confirmando com os dados legais. Soares (2012, p.40) explica que este documento estabelece que “a educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades”, assim como institui a realização do Atendimento Educacional Especializado- AEE nas Salas de Recursos Multifuncionais; implementadas nas redes municipais e estaduais de educação mediante editais e financiamento público federal pelo Edital nº 01 de 26 /04/2007,

com o objetivo de apoiar os sistemas de ensino na organização e ofertar o atendimento educacional especializado.

A política educacional sofreu uma inserção de conceitos e de ações relacionadas à ideia de inclusão, e este motivo incitou a continuar a caminhada. Desta forma, aponta Mantoan (2006, p.07) “que este é o desafio atual que muitos pesquisadores e profissionais vêm assumindo na busca por reconfigurar o sentido da educação à luz das transformações em curso na sociedade contemporânea”.

Entende-se que a inclusão de crianças com deficiência requer o conhecimento das suas singularidades enquanto um ser com necessidades biológicas, psicossociais e educacionais visando contribuir no desenvolvimento holístico desses estudantes dando sentido e ordem ao mundo de cada um.

Mediante estas perspectivas, a escola contemporânea deve ser organizada para atender e incluir todos os educandos em suas especificidades visando preencher uma lacuna existente no processo educativo; então, atendendo democraticamente a sociedade em diversos aspectos: educacional, físico, funcional, atitudinal, social, histórico, profissional; entre outros suportes de extrema relevância para os sujeitos.

2.2. O processo de inclusão nas aulas de Educação Física

As escolas regulares precisam estar adequadas fisicamente para acolherem os educandos com deficiência nas aulas de educação física, independentemente de suas classes sociais, pois é nas diversidades que se encontram mais desafios e metas a serem cumpridas, e esta é justamente a finalidade das escolas junto aos seus educadores.

Mediante esse contexto, o docente de educação física, a partir de sua formação pedagógica, deve adquirir habilidades para ensinar o esporte com a missão de desenvolver a formação integral do aluno de acordo com os objetivos propostos para tal prática; entendendo que é necessário vivenciar ao máximo todas as atividades que possam contribuir com tal desenvolvimento sem se preocupar com altas performances dos seus educandos, visto que a proposta das atividades

escolares não deve ser formar atletas, mas sim, desenvolver suas habilidades sem haver qualquer tipo de exclusão.

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais consta que,

A Educação Física, dentro do que se propõem nos Parâmetros Curriculares Nacionais, é a área do conhecimento que introduz e integra os alunos na cultura corporal do movimento com a finalidade de lazer, de expressão de sentimentos, afetos e emoções, de manutenção e melhoria da saúde (BRASIL, 1998, p. 62).

O professor de educação física deve estar preparado para ter um olhar mais inclusivo e valorizar o desempenho de todos os alunos, respeitando seus limites e evitando destacar somente aqueles que cumprem todas as habilidades e, às vezes, vão além do solicitado porque têm mais facilidade. É fundamental perceber os avanços individuais e coletivos dos alunos, ou seja, quando o aprendiz consegue relacionar o espaço social escolar rompendo obstáculos e superando desafios através das atividades, deve-se valorizar cada evolução.

Consta nos Parâmetros Curriculares Nacionais (1998, p. 43) que “O acolhimento requer compromisso político com a educação, manifestado em uma série de medidas concretas que, embora não sejam de responsabilidade exclusiva das escolas, precisam ser assumidas por elas”. Ainda no mesmo documento, consta que “(...) a escola ainda se mostra um espaço atraente para os adolescentes e jovens pela possibilidade do encontro com outros jovens, pois essa é a experiência que consideram mais positiva na escola”. (BRASIL, 1998, p.125)

Entende-se que a inclusão social de pessoas com deficiência se inicia como os demais casos de inclusão por meio da escola. As instituições de ensino são espaços de socialização e desenvolvimento contínuos ao qual o indivíduo faz parte. Logo, pensar esse ambiente com mais atenção é promover a igualdade de tratamento de que todos precisam por meio da observância das diferenças e dos estímulos para as aulas de educação física.

Sabe-se que a atividade física é essencial para trabalhar a mente e o corpo. Sendo importante mencionar que o esporte no espaço escolar é direcionado a buscar o desenvolvimento da independência pessoal, da cooperação, da participação social

e dos valores. A Educação Física introduz e integra os alunos na cultura corporal do movimento com a finalidade de lazer, de expressão de sentimentos, afetos e emoções, de manutenção e melhoria da saúde. (BRASIL, 1998, p. 62)

Há muitas atividades físicas que propiciam uma interação maior para as crianças com deficiência, por exemplo; dança, desfile, atividades com bolas, fitas e outros. É necessária a adaptação, de acordo com as necessidades, para que qualquer educando possa realizar uma simples ou mais elaborada atividade, basta paciência e incentivo por parte do profissional. A atividade física, em níveis variados, tem ajudado portadores de deficiência a adquirir não só maior mobilidade: resgatam também sua autoestima, seu equilíbrio emocional (CONFEEF, 2005).

Então, é necessário dar atenção, paciência, carinho e despertar nas crianças com limitações o interesse pelo aprendizado esportivo, pois todos os educandos devem sentir-se capazes de executar qualquer tarefa e participar ativamente de desafios sem sofrerem qualquer tipo de distinção/segregação. A motivação é importante para que haja autoestima e aumente a vontade de aprender. Segundo Chalita (2001, p.232), “o grande pilar da educação é, sem dúvida, a habilidade emocional. Trabalhar a emoção requer paciência; trata-se de um processo continuado porque as coisas não mudam de uma hora para outra”.

Mediante isso, deve entender que cada pessoa é diferente e devido a isso, possui o tempo de adquirir conhecimento diferenciado e é necessário que as diferenças sirvam de estímulo para novos aprendizados. Sabe-se que quando a criança especial inicia sua vida escolar precisa ser bem recebida por todos. O lugar deve ser confortável, despertar interesses, ser desafiador, amparar emocionalmente o educando, pois somente assim, haverá interação do aluno com o meio em que está inserido; resultando em um processo de inclusão adequado.

Após estas abordagens, fica evidente que é necessária a adaptação, de acordo com as necessidades especiais, para que qualquer educando possa realizar uma simples ou mais elaborada atividade de educação física, basta paciência e estímulo por parte do professor. Na escola, toda a comunidade escolar deve estar

envolvida, inclusive os educadores de Educação Física (MUNSTER E ALMEIDA, 2006).

2.3 Ambiente escolar no processo de inclusão nas aulas de educação física

O corpo docente deve estreitar o relacionamento entre todos os alunos para que possa perceber qualquer necessidade que eles têm, e após, solicitar à equipe pedagógica auxílio para que o psicopedagogo intervenha, caso necessário. Deve-se proporcionar aos alunos a possibilidade de conviverem com o diferente sem barreiras sociais ou comportamentais; pois deve-se criar conceitos, permitir novos sentidos, construir novas aprendizagens e, conseqüentemente, o desenvolvimento humano e afetivo ocorrerá naturalmente; vencendo os obstáculos.

No ambiente escolar, para que o professor de educação física possa atuar da melhor maneira possível no processo educativo desses educandos, ele deve observá-los em todas as suas particularidades, em todas as suas nuances e dificuldades, pois estes são alguns dos indicadores a serem registrados. É fato que determinados comportamentos como a motivação, a atitude diante dos erros e dificuldades, a capacidade de concentração, e desenvoltura nas atividades propostas pelo professor, podem ser traços que indicam algum distúrbio e necessitam de um acompanhamento diferenciado.

Diante deste cenário, é possível constituir um ensino democrático e inclusivo, o qual inclui a horizontalidade de abordagens e de acompanhamento dos educandos, é necessário que haja uma preocupação em atender às necessidades do aluno sob o ponto de vista de uma educação especial. Incluí-lo nas atividades desenvolvidas e pensadas em sua participação, torna-o indivíduo com aspirações de igualdade e cidadania, consciente de suas dificuldades, mas também atento aos seus sucessos cotidianos.

Então, se houver uma boa relação entre professor, aluno e a prática pedagógica, será muito mais fácil para o educando especial conseguir desenvolver as suas habilidades e superar os possíveis obstáculos que poderão surgir durante o

processo ensino-aprendizagem. O professor deve estreitar o relacionamento entre os alunos para que possa perceber qualquer necessidade que eles tenham e com isso ajudá-los juntamente com a equipe pedagógica escolar. Pois mediar não equivale abandonar a transmissão das informações, mas antes construir uma nova relação com o conteúdo/assunto abordado dentro da realidade vivenciada pelos educandos. Lembrando que só haverá um trabalho qualitativo e capaz de formar cidadãos capazes de interagir com autonomia, se existir uma interação inter e intra sujeitos capaz de ressignificar a maneira de ensinar e aprender.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com toda a pesquisa elaborada, percebe-se que somente atuando diretamente com a criança com deficiência é possível diagnosticar qual o caminho a seguir em cada atividade; observar o momento de avançar, retroceder ou readaptar a atividade proposta. Esta prática pedagógica a ser trabalhada com os educandos no espaço escolar deve estar em consonância com o Projeto Político Pedagógico, a Base Nacional Comum Curricular, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN'S); entre outras abordagens que visem o efetivo progresso do educando, tornando-o um sujeito autônomo e crítico na tomada de decisões.

A escola deverá criar oportunidades para as famílias também participarem do ambiente educacional em que os educandos especiais estão inseridos. Um excelente momento é quando ocorrem atividades físicas extraclasse: festas, campeonatos, passeios etc. Sendo assim, todos podem trocar experiências e aproveitar o momento para aumentar a autoestima e criar mais vínculo afetivo.

Assim, todos da comunidade entenderão como as aulas de Educação Física, ao longo da Educação Básica, promovem a construção da identidade do discente, servindo de aprimoramento para a qualidade do ensino disponibilizado nas unidades escolares, sendo, por isso, fundamental que a sociedade entenda que as atividades

corporais são capazes de socializar os jovens e reforçar a importância da autodisciplina, do respeito mútuo, do aprendizado, entre outros elementos.

Depreende-se que a Educação Física é imprescindível para desenvolver as habilidades e competências do educando; pois promove a aplicabilidade dos conceitos que foram adquiridos na teoria e devem ser colocados em prática; estimulando o corpo e o pensamento crítico e a argumentação. Estas ações mantêm a mente ativa e desperta o prazer de aprender.

Neste propósito, o professor precisa atuar com uma metodologia onde existam planejamento, compreensão e poder de superação constante; ou seja, entendendo que é indispensável sair da zona de conforto e colocar-se à disposição para transformar o fazer pedagógico; propondo atividade física que gere reflexão e diálogo antes de executá-la, colocando-se à disposição do aluno como mediador em diferentes situações para despertar o interesse; vencendo os obstáculos do dia a dia e tendo resiliência para que os discentes acreditem que é válido todo o empenho atribuído no momento de praticar as aulas de Educação Física.

Enfim, sabe-se que a educação e a aprendizagem são processos amplos, conquistados em longo prazo e que envolvem duas instituições distintas: a família e a escola; mas a linguagem destas instituições precisa ser semelhante na questão educacional. E para que haja sintonia e parceria durante todo o processo ensino-aprendizagem dos educandos eles precisam colocar constantemente em prática os valores éticos, morais e os diversos saberes apreendidos tanto no ambiente familiar quanto no universo escolar; entendendo o real valor da disciplina de Educação Física tanto para o aprendiz quanto para o adulto que este se tornará.

4 REFERÊNCIAS

ABPP - **Código de Ética da Psicopedagogia**. Disponível em: https://www.abpp.com.br/wp-content/uploads/2020/11/codigo_de_etica.pdf

Acesso em 10/03/2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. São Paulo: Saraiva. 2010.

BRASIL (2005). **LEI 13146**. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato20152018/2015/lei/l13146.htm#:~:text=no%20plano%20interno.,Art.,condi%C3%A7%C3%B5es%20com%20as%20demais%20pessoas . Acesso em 18/03/2022.

BRASIL. (PNEE) **Nova Política Nacional de Educação Especial é lançada em Brasília**. (2020) Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/educacao-e-pesquisa/2020/09/nova-politica-nacional-de-educacao-especial-e-lancada-em-brasil> Acesso em 10/03/2022.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física / Secretaria de Educação Fundamental**. Brasília: MEC / SEF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/fisica.pdf>. Acesso em 10/03/2022.

CAVACO, N. Minha criança é diferente? Diagnóstico, prevenção e estratégia de intervenção e inclusão das crianças autistas e com necessidades educacionais Especiais. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2014. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2018/TRABALHO_EV117_MD4_SA10_ID2588_17092018182124.pdf Acesso: 15/05/2022.

CHALITA, Gabriel. **Educação: a solução está no afeto** / Gabriel Benedito Isaac Chalita – São Paulo: Editora Gente, 2001.

COELHO, Cristina M. Madeira. **Formação docente e sentidos da docência: o sujeito que ensina aprende**. In: SCOZ, Beatriz Judith Lima; MARTINEZ, Albertina Mitjans. Ensino e aprendizagem – a subjetividade em foco. Brasília, 2012.

CONFED. **Conselho Federal de Educação Física**. 2005. Disponível em: <http://www.confef.com.br/> Acesso em: 05/03/2022.

CORREIA, L. M. **Alunos com Necessidades Educativas Especiais nas Classes Regulares**. Porto: Porto Editora, 1999

CYRINO, Edilson Serpeloni, et al. **Efeitos do treinamento de futsal sobre a composição corporal e o desempenho motor de jovens atletas**. Rev. Bras. Ciên. e Mov. Brasília v.10 n.1 2002.

JAPIASSU, Hilton Ferreira. **Interdisciplinaridade e Patologia do Saber**. Rio, 1997.

LDB - **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n.º 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

LORENZI, M. L. **Iniciação Esportiva: Uma Forma de Educar**. 2005. 97f. Monografia. (Especialização em Treinamento Esportivo) - Universidade do Extremo Sul Catarinense - Criciúma, 2005.

MANTOAN, M.T.E. **A Integração da pessoa com deficiência**. Memnon, São Paulo, 2003.

MAZZOTTA, M.; SILVEIRA, J. **Fundamentos da educação especial**. São Paulo: Pioneira, 1982.

MUNSTER, M.A.V; ALMEIDA, J.J.G. **Um olhar sobre a inclusão de pessoas com deficiência em programas de atividade motora: do espelho ao caleidoscópio**. In: Atividade motora adaptada: a alegria do corpo. São Paulo: Artes Médicas; 2006.

NOGUEIRA, Mário, et al. **Legislação e Políticas Públicas em educação Inclusiva**. 2ª ed. Curitiba. IESDE BRASIL S.A., 2009.

SOARES, Maria A. Leite. **O professor e o aluno com deficiência**. São Paulo Cortez, 2012.